

ANEXO V DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEALM

1 – INTRODUÇÃO

1.1 Em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002, no art. 3º, inciso XI, do Decreto 10.024/2019, bem como o disposto no Decreto 7.892/2013 (e suas atualizações) e Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE-RO, a Seção de Almoxarifado elabora o presente Termo de Referência para eventual aquisição de **MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA, PRODUTOS QUÍMICOS e EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**, para suprir as necessidades ordinárias e eleitorais, no exercício de 2022 e parte do exercício 2023.

2 - DO OBJETO

2.1 Formação de **registro de preços** pelo prazo de 12 (doze) meses, para aquisição eventual de **MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA, PRODUTOS QUÍMICOS e EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**, visando suprir as necessidades ordinárias e eleitorais do estoque da Seção de Almoxarifado – SEALM deste Tribunal.

2.1.1 Os subelementos de despesas dos materiais foram agrupados em um única compra com fundamento no art. 2º, § 1º, I, da IN TRE-RO n. 04/2008 e estão especificados na Tabela 1 adiante e nos demais subitens deste capítulo.

Tabela 1 - Especificação dos Itens			
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNID. DE MEDIDA	QUANT.
1	Água Sanitária a base de cloro. Produto para limpeza multifunção (água sanitária, alvejante e desinfetante), composta a base de hipoclorito de sódio; com teor de cloro ativo variando de 2 a 2,5%, em frasco de 1000 ml com tampa dosadora de fluxo. Validade mínima remanescente de 150 dias (Cód. 299605). Material com registro/notificação ANVISA. AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014.	Unidade	3.000
2	Álcool etílico hidratado em gel, 70% p/p, 70º INPM, sem perfume, incolor, bactericida, para assepsia das mãos, em frasco plástico, tampa dosadora de fluxo do tipo válvula "pump", quantidade mínima de 400g ou 500 ml. Validade remanescente superior a 18 meses (Cód 269943). Material com registro/notificação ANVISA. AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014. Continua exigível de acordo com o art. 2º da RDC 422/2020. Validade remanescente de no mínimo 150 dias e dispensa de registro/notificação conforme critérios da RDC 422/2020.	Unidade	30.000
3	Álcool etílico hidratado líquido, 70% p/p, 70º INPM, sem perfume, incolor, tampa com lacre e em frasco contendo 1000 ml. Validade remanescente superior a 18 meses (Cód. 429961). Material com registro/notificação ANVISA.	Unidade	3.000



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014. Continua exigível de acordo com o art. 2º da RDC 422/2020. Validade remanescente de no mínimo 150 dias e dispensa de registro/notificação conforme critérios da RDC 422/2020.		
4	Barreira de proteção em acrílico transparente, para balcão de atendimento, medindo 60cm x 60cm, espessura mínima de 3mm. Fixação por meio de fita dupla face VHB e suporte em acrílico. Deverá possuir abertura centralizada na base para passagem de documento com medidas aproximadas 30cm x 8cm. (CATMAT 150451)	Unidade	100
5	Borrifador/Pulverizador em material plástico resistente, tipo spray, bico ajustável com trava, gatilho em plástico resistente, com capacidade de 500 ml, indicado para produtos líquidos. (Cód. 307885)	Unidade	1.000
6	Cera com impermeabilizante, tipo 2 em 1, base seladora com polímeros de acrílico, para acabamento e tratamento de diversos pisos, como granilite, vinílico, dentre outros, próprio para tráfego intenso de pessoas, antiderrapante, resistência à lavagem, aspecto líquido leitoso, galão de 5 litros, validade mínima remanescente de 24 meses. (Cód. 292586) Material com registro/notificação ANVISA AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014.	Galão de 5 Litros	150
7	Cesto para lixo, confeccionado em aço inoxidável polido, no formato cilíndrico, com capacidade para 12 litros, com cesto interno em polietileno rígido, com tampa acionada por pedal, medindo aprox. 40cm de altura por 25cm de diâmetro. Prazo de validade indeterminado (Cód. 345508).	Unidade	150
8	Cesto para lixo plástico sem tampa, cor branca ou cinza claro, com capacidade para 14/15 litros, totalmente liso (não telado), formato cilíndrico e medindo aproximadamente 30 cm de altura por 25 cm de diâmetro (Cód. 289422)	Unidade	200
9	Desinfetante floral/lavanda (50% de cada), com ação germicida e bactericida, biodegradável, delível, com componente ativo cloreto de alquil dimetil benzil amônio, embalagem com 1000ml. Validade mínima remanescente de 12 meses (Cód. 381409). Material com registro/notificação ANVISA AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014.	Unidade	4.000
10	Desodorizador de ambiente aerosol, lavanda/jasmim, que não contenha CFC (não agride a camada de ozônio), em embalagem com 400ml e com validade remanescente mínima de 18 meses. Material com registro/notificação ANVISA (Cód. 331905) Material com registro/notificação ANVISA. AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014.	Unidade	480
11	Detergente (lava louças), componente ativo: linear alquil benzeno sulfonato de sódio, contendo tensoativos biodegradáveis. Frasco de 500 ml (variação máxima de 5%), de alta resistência. Validade mínima remanescente de 18 meses (cód. 226694).	Unidade	2.000



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	Material com registro/notificação ANVISA. AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014.		
12	Dispenser para sabonete líquido. Confeccionado em aço inox polido. Com visor de nível de sabonete e bico dosador a base de pressão. Capacidade 1000/1300ml. Dimensões externas aproximadas (AxLxP) 21x12,2x13 cm, variação máxima das dimensões 10%. Acabamento com cantos arredondados e design moderno. Acompanhada de suporte traseiro autônomo para fixação na parede e encaixe da saboneteira, buchas e parafusos para instalação (Cód. 428375).	Unidade	150
13	Esponja antiaderente para louça, retangular, confeccionada em espuma de poliuretano com bactericidas e fibra sintética com abrasivo, dupla face e medindo 110 x 75x 20 mm (variação máxima de 5%), acondicionada em embalagem plástica individual (cód. 225903)	Unidade	2.000
14	Face Shields (protetores faciais), máscaras para proteção individual em acrílico ou polímero de viseira transparente, personalizado com a logomarca do TRE-RO, (modelo conforme Anexo III do Termo de Referência, reutilizável, ajustável, com proteção de contato de testa. Presilha de elástico, com marcação de borda na cor branca ou azul. dimensões aproximadas, espessura de 0,5mm, largura de 240 mm e altura de 240mm. A higienização desta máscara pode ser feita com um pano e álcool ou lavável. Deverão ser entregues embaladas em sacos plásticos, individualmente. (Cód. 467256) Material conforme critérios da RDC 448/2020.	Unidade	21.000
15	Flanela em tecido 100% algodão que não manche e nem solte fiapos de tecido, na cor branca, medindo aproximadamente 40 x 60 cm (variação máxima permitida de 5%), acabamento nas bordas e com etiqueta que comprove a qualidade do tecido. (Cód. 299630)	Unidade	2.000
16	Guardanapo de papel, pacote com 50 unidades, folha simples, resistente, macio e alto poder de absorção. Dimensões 22cmx23cm. Produto não perecível. Composição: 100% celulose. (Cód. 392703)	Pacote	1.000
17	Inseticida aerosol multi-aplicação, eficaz contra insetos voadores e rasteiros (baratas, moscas, mosquitos, etc.), fórmula a base d'água, sem CFC, com ação contínua por 12 horas, em embalagem metálica contendo mínimo 300 ml, validade mínima remanescente de 18 meses. Material com registro/notificação ANVISA (cód. 229514).	Unidade	720
18	Limpa-Vidro spray, com pulverizador rosqueável em forma de gatilho e reaproveitável, composto a base de lauril éter sulfato de sódio, em embalagem contendo 500 ml. Validade mínima remanescente de 18 meses. (cód. 300935).	Unidade	720
	Material com registro/notificação ANVISA AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014.		
19	Lustra-móveis não gorduroso, em frasco de 200 ml, com tampa dosadora de fluxo. Validade mínima remanescente de 18 meses.(cód. 226950)	Unidade	480
	Material com registro/notificação ANVISA AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014.		
20	Luva descartável para procedimento não cirúrgica, confeccionada em látex, multiuso, não esterilizada, tamanhos P, M e G (de acordo com a	Caixa c/ 100 unidades	500



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	necessidade da administração), ambidestra, levemente pulverizado com pó bioabsorvível, em conformidade com a NBR 13392, caixa com 100 unidades. Prazo de validade remanescente mínimo: 30 meses (Cód. 269892).		
21	Luva para proteção e segurança (limpeza), ranhurada, confeccionada em látex natural, aveludada internamente, com propriedade antiderrapante na face palmar e dedos, cor azul, verde ou amarela, tamanhos médio e grande (50% de cada), tamanho mínimo de 40cm de comprimento, validade mínima de 24 meses (cód. 225726).	Par	360
22	Máscara descartável confeccionada em TNT com camada tripla; elástico lateral para fixação auricular, sem precisar de amarração, tecido macio ou revestido; tamanho único (modelo padrão anexo IV do Termo de Referência); clipe nasal adaptável ao contorno do rosto; atóxica; não estéril; dimensões aproximadas 95x175mm; gramatura com no mínimo 60 gramas, podendo ser nas cores branca, azul ou verde (hospitalar); Eficiência de filtração bacteriana (EFB) acima de 95%; Validade remanescente superior a 2 anos. Deverão ser fornecidas em caixas/pacotes contendo 50 unidades. (cód. 455228) INMETRO: Certificação compulsória por Organismo de Certificação de Produto – OCP, estabelecido no Brasil e acreditado pelo Inmetro - PORTARIA INMETRO 561/2014. Material conforme critérios da RDC 448/2020.	Caixa c/ 50 unidades	3.000
23	Pano de chão alvejado, confeccionado em 100% algodão, bordas costuradas, tipo saco, com etiqueta que comprove a qualidade do tecido e medindo no mínimo 70 x 50cm (Cód. 396308)	Unidade	1000
24	Papel higiênico rolo de 300 m, 100% celulose virgem, folha simples, neutro (sem perfume), qualidade superior, alvura 100% branca, alta absorção (não esfarela), resistente a tração, macio, tipo gofrado, rolo 300m x 10cm, acondicionado em embalagem de papelão (biodegradável) com 8 unidades, tubo interno com diâmetro de 6,0 cm. Constar na embalagem: tamanho, quantidade, marca e dados do fabricante. (cód. 327844).	Embalagem c/ 8 unidades	400
25	Papel higiênico, branco, picotado, com folha dupla, acabamento gofrado, fabricado com 100% de fibras de celulose naturais (não reciclada). Acondicionado em pacote com 4 (quatro) rolos, medindo 30/40 m x 10 cm cada e acondicionado em fardo com 64 rolos. Prazo de validade indeterminado (cód. 238338)	Pacote c/ 4 unidades	3.000
26	Papel toalha Interfolhado com 02 dobras, na cor branca, acabamento gofrado, medindo aprox. 21,0 x 23,0 cm (variação máxima de 5%), fabricada com 100% de celulose virgem ou fibras naturais (não reciclada), com alta absorção e resistência a umidade, caixa com 1000 ou 2000 folhas (cód. 319232)	Milheiro	7.000
27	Papel toalha; folha dupla, branca, picotada e texturizada, com acabamento gofrado; medindo aproximadamente 22 x 20 cm (variação máxima de 5%); fabricado com 100% de fibras de celulose natural (não reciclada); acondicionado em embalagem contendo 02 (dois) rolos, com no mínimo 50 toalhas em cada rolo. Prazo de validade indeterminado (cód. 410381)	Pacote c/ 2 rolos	1.000
28	Produto limpa pedras, metais, pisos cerâmicos e azulejos; base ácida, composto por tensoativo não iônico, ácido clorídrico, coadjuvantes e veículo, diluível na proporção 1:5 para pisos e pedras e 1:10 para metais,	Embalagem c/ 5 litros	150



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	embalagem contendo 5 litros. Validade mínima remanescente de 12 meses. (Cód. 282927)		
	Material com registro/notificação ANVISA AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014.		
29	Produto para limpeza multiuso de uso geral, em frasco de 500ml, com bico dosador, aspecto líquido, incolor, odor perfumado, tensoativo não iônico, Validade mínima remanescente de 18 meses. (Cód. 293351)	Unidade	1.200
	Material com registro/notificação ANVISA AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014.		
30	Produto diluível para limpeza pesada, antibacterial, diluição mínima de 60 ml por litro de água, componente ativo linear alquilbenzeno sulfonato de sódio ou lauril éter sulfato de sódio, tampa rosqueável, em embalagem com 500ml, validade remanescente mínima de 18 meses. (Cód. 363788)	Unidade	1.500
	Material com registro/notificação ANVISA AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014. Marca Referência: VEJA LIMPEZA PESADA ORIGINAL, LIMPOL LIMPEZA PESADA CLÁSSICO.		
31	Removedor de resíduos de cera, impermeabilizante e outros acabamentos em pisos laváveis, diluível na proporção 1:5; composição a base de bultiglicol, armazenado em embalagem de 5 litros. Validade mínima remanescente de 24 meses (Cód. 259298)	Galão de 5 Litros	48
	Material com registro/notificação ANVISA AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014.		
32	Rodo de plástico com 60cm de comprimento, com borrachas duplas macias e flexíveis confeccionadas em EVA, com propriedades para puxar e secar a água simultaneamente, com cepo confeccionado em polipropileno inquebrável, com garras para melhor fixação de panos de chão e com cabo de madeira plastificado e rosqueável com ponteira de plástico (cód. 253025)	Unidade	200
33	Sabão em barra neutro, glicerinado, embalagem com 05 (cinco) barras de 200g, composto de sais de ácidos graxos e coadjuvantes. Validade remanescente mínima de 18 meses. (cód. 30414)	Pacote c/ 5 unidades	200
	Material com registro/notificação ANVISA AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014.		
34	Sabão em pó, composição: alquil benzeno sulfonato de sódio, tensoativo biodegradável, coadjuvantes, corantes, carga e perfume. Embalagem em caixa ou pacote de 800g. Validade mínima remanescente de 18 meses. (Cód. 436764)	Unidade	1.000
	Material com registro/notificação ANVISA AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014.		
35	Sabonete líquido cremoso, concentrado, fragrância erva doce, totalmente neutro, biodegradável, glicerinado, com forma contendo emolientes para	Galão 5 Litros	200



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	não ressecar a pele, com ph semelhante ao da pele, com formula contendo tenso ativo aniônico, saponáceos, conservantes, coadjuvantes, corantes e essências, cor branco perolado ou verde perolado, embalagem de 05 litros. Validade mínima remanescente de 18 meses (Cód. 428071)		
	Material com registro/notificação ANVISA AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014.		
36	Saco de lixo infectante para resíduos hospitalares infectantes em polietileno de alta densidade, cor branco leitoso, com o símbolo infectante obedecendo a NBR 7500 e normas técnicas Classe II da NBR 9191 da ABNT e a RDC ANVISA 222/2018. Especificações: Cor Branco leitoso, Capacidade 30 litros. Validade mínima remanescente de 24 meses Os produtos cotados devem conter notificação na ANVISA para sua fabricação, importação, exportação, exposição à venda ou entrega ao consumo. (Cód. 345587)	Pacote c/ 100 unidades	150
37	Saco para lixo de 30 litros, na cor preta, reforçado, com densidade mínima de 0.8 micra, opaco (não transparente), confeccionado em resina termoplástica virgem (não reciclado), com densidade suficiente para suportar até 6 kg de peso, medindo aproximadamente 59 x 62 cm, em conformidade com as normas técnicas Classe II NBR 9191 da ABNT, em pacotes com 100 unidades. A marca do produto e da empresa fabricante deve estar impressa de forma visível e de fácil leitura na embalagem da unidade de compra. Validade mínima remanescente de 24 meses (cód. 253728)	Pacote c/ 100 unidades	200
38	Saco para lixo de 50 litros, na cor preta, reforçado, com densidade mínima de 0.8 micra, opaco (não transparente), confeccionado em polietileno virgem (não reciclado), com densidade suficiente para suportar até 10 Kg de peso, medindo aproximadamente 63 x 80 cm, em conformidade com as normas técnicas Classe I NBR 9191 da ABNT, em pacotes com 100 unidades. A marca do produto e da empresa fabricante deve estar impressa de forma visível e de fácil leitura na embalagem da unidade de compra. Validade mínima remanescente de 24 meses (Cód. 292019)	Pacote c/ 100 unidades	200
39	Saco para lixo de 100 litros, na cor preta, reforçado, com densidade mínima de 0.8 micra, opaco (não transparente), confeccionado em resina termoplástica virgem (não reciclado), com densidade suficiente para suportar até 20 Kg de peso, medindo aproximadamente 75 x 105 cm, em conformidade com as normas técnicas Classe I NBR 9191 da ABNT, em pacotes com 100 unidades. A marca do produto e da empresa fabricante deve estar impressa de forma visível e de fácil leitura na embalagem da unidade de compra. Validade mínima remanescente de 24 meses (cód. 253730)	Pacote c/ 100 unidades	200
40	Saponáceo cremoso para limpeza de superfícies esmaltadas ou cromadas, biodegradável, com ingrediente ativo alquil. benzeno sulfonato de sódio; composto por tenso ativos, coadjuvantes, conservantes e atenuador de espuma, com tampa dosadora de fluxo e em embalagem com 300 ml. Validade mínima remanescente de 20 meses (Cód. 252683) Material com registro/notificação ANVISA AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014.	Frasco c/ 300ml	1.000



41	Vassoura de pelo sintético/nylon, com cerdas plumadas, multiuso, com base em polipropileno medindo no mínimo 22 cm, com cerdas medindo 11 cm e com cabo de madeira plastificado e com ponteira de plástico em rosca. Para uso interno. (Cód. 234645)	Unidade	240
----	--	---------	-----

2.2 REGRAS APLICÁVEIS À COMPROVAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS E DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS:

2.2.1 Havendo divergências entre a descrição do material e o respectivo código do Catálogo de Materiais (CATMAT) do sistema SIASG/COMPRASNET, prevalecerá a estabelecida neste Termo de Referência.

2.2.2 Será exigido das licitantes, necessariamente, a indicação da **MARCA, MODELO** (no que couber) e no caso dos materiais listados no **item 5.8**, deverá ser apresentado o **CNPJ DO FABRICANTE**, para conferência no Site da Anvisa, quando se tratar de material que exija com **registro/notificação** pela respectiva Agência. Os dados deverão ser informados via preenchimento do ANEXO I - FORMULÁRIO DE PROPOSTA (0827028).

2.2.3 Em atendimento à **RDC ANVISA n. 16/2014**, também será exigido o CNPJ das licitantes que ofertarem propostas para os produtos contidos no **item 5.8**, via preenchimento do ANEXO I - FORMULÁRIO DE PROPOSTA (0827028), para posterior verificação da Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE).

2.2.4 Os materiais deverão apresentar regularidade por meio de **registro ou notificação na ANVISA**, quando se tratar de material que exija regulação pela respectiva Agência Sanitária;

2.2.5 Na ocorrência de dúvidas quanto ao modelo, marca e qualidade - uma vez que o nome de um mesmo objeto pode ter variação regional – o Pregoeiro poderá solicitar o envio de imagens, prospectos, folders para fins de aceitação do produto ofertado – medida que permitirá aferir o atendimento das especificações definidas neste Termo de Referência.

2.2.6 Independentemente da alínea anterior, permanecendo dúvida de qualidade, marca, modelo acerca dos produtos ofertados pela licitante, o Pregoeiro poderá solicitar **AMOSTRAS** desses produtos.

2.2.7 Os materiais cotados deverão atender às regras de sustentabilidade ambiental estabelecidas no capítulo 5 deste TR.

2.3 DOS QUANTITATIVOS EXIGIDOS PARA FORMAÇÃO DO SRP

2.3.1 Por força da previsão normativa do art. 14, do Decreto n. 7.892/2013, que atribui à Ata de Registro de Preços a natureza de compromisso de fornecimento, o quantitativo descrito na planilha é estimativo, não obrigando a Administração à sua aquisição efetiva.

2.4 DA GARANTIA E VALIDADE DOS PRODUTOS

2.4.1 Quando não expressos nas especificações dos materiais, o período de garantia e o prazo de validade remanescente não poderão ser inferiores a 12 (doze) meses.

2.4.2 O período de garantia e o prazo de validade remanescente serão contados a partir da entrega do material, comprovado pelo Termo de Recebimento Provisório emitido pela Seção de Almoxarifado, quando não expressos nas especificações dos materiais.

3.0 – DA JUSTIFICATIVA

3.1 DA NECESSIDADE

3.1.1 Justifica-se este Termo de Referência para aquisição dos materiais de limpeza, higiene, produtos químicos e equipamentos de proteção individual, pela manutenção das demandas deste Tribunal em 2022/2023, quanto a um ambiente sadio e salubre. Embora haja Ata de Registro de Preços vigentes no processo 0001161-51.2021.6.22.8000, Pregão Eletrônico 09/2021, seus prazos de vigência não alcançam todo o exercício de 2021, sua programação não previu o suprimento das necessidades do TRE-RO para o presente exercício e algumas já tiveram os objetos esgotados. Desta forma, devem ser licitados os materiais presentes neste documento.

3.1.2 A aquisição de materiais de limpeza e higiene é notoriamente necessária para o bom andamento das atividades administrativas e judiciais da sede do Tribunal como também de todos os Cartórios Eleitorais do Estado de Rondônia. A manutenção da higiene e limpeza é essencial para o desenvolvimento das atividades em ambiente salubre, preservando a saúde de todas as pessoas envolvidas, sejam autoridades, servidores, colaboradores ou público externo. O quantitativo ora solicitado foi obtido levando-se em consideração estatística de consumo anterior, bem como a demanda de 2021.

3.1.3 Vale destacar, que os itens a serem licitados são os de uso corriqueiro neste Regional, após consulta à SEAP, bem como os materiais para uso nas eleições, conforme Ata 2 (0819155).

3.1.4 Importante destacar que o atual contrato de prestação de serviço de limpeza não contempla mais o fornecimento de material no âmbito do TRE-RO (Sede e Cartórios). Assim, a Seção de Almojarifado é responsável pelo fornecimento de 100% (cem por cento) de todo o material de limpeza e higiene na Justiça Eleitoral de Rondônia.

3.2 DO AGRUPAMENTO DE SUBELEMENTOS DE DESPESA

3.2.1 Opta-se, neste Termo de Referência, pelo agrupamento dos seguintes subelementos de despesas:

I - Classificação 11 – Material químico (item 17)

II - Classificação 22 – Material de limpeza e produtos de higiene (itens 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41)

III - Classificação 28 - Material de proteção e segurança (itens 4, 14, 20, 21 e 22)

3.2.2 O agrupamento ora adotado é permitido pela Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, em seu art. 2º, § 1º, I. Isso porque os materiais em questão guardam semelhança e são, geralmente, fornecidos por um mesmo ramo de comércio, o que amplia o interesse de participação. Busca-se, dessa forma, alcançar maior competitividade.

3.2.3 Além disso, ao lançar mão desse agrupamento, verificam-se as seguintes vantagens:

I – Instauração de um único procedimento, deflagrando-se um único certame para aquisição de diversos itens;

II – Economia processual, pois a tramitação ocorrerá em um único processo;

III – Competitividade, uma vez que empresas de ramos diversificados poderão participar do mesmo certame disputar todos os itens, se assim o quiserem.

3.2.4 Por essas razões, entendemos pertinente o agrupamento de subelementos de despesa em um único certame.

4.0 DOS OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

4.1.1 Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

4.1.2 Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta do Planejamento Anual das Contratações para 2022, constante no processo SEI 0002168-78.2021.6.22.8000, e vem ao encontro dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

- Realizar a Justiça;
- Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país.

4.1.3 Adotar-se-á como valores: Acessibilidade, agilidade, credibilidade, eficiência, ética, imparcialidade, inovação, integridade, segurança jurídica, sustentabilidade, transparência e responsabilização.

4.2. DO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

4.2.1 Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos contábeis para alinhar às necessidades orçamentárias, ao aprimoramento do processo eleitoral e à prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

5.1 De acordo com o Artigo 4º da Resolução CNJ n. 400/2021, os órgãos do Poder Judiciário devem realizar a gestão do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS). Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n.131/2020.

5.2 No entanto, a referida Resolução não estabeleceu critérios objetivos que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais. Trata-se de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

5.3 Tem-se ainda, nessa seara normativa, a Resolução do CONAMA n. 401/2008, a Lei Federal n. 12.187/2009 que institui a política nacional sobre mudança do clima, a Lei Federal n. 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, a Medida Provisória n. 495/2010, convertida na Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que incluiu como finalidade da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

5.4 O novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística

sustentável dos órgãos e das entidades.

5.5 EM RAZÃO DAS INÚMERAS NORMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DE EXIGÊNCIA OBRIGATÓRIA EM FUNÇÃO DE EXPRESSO TEXTO LEGAL, APLICÁVEIS AO BEM OBJETO DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA, SERÁ EXIGIDO:

5.5.1 Cumprimento de critérios de sustentabilidade definidos pelo Art. 5º, da Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010:

I – Que os bens são constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, quando exigível;

II – Que foram observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, quando exigível;

III – Que os bens serão, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utiliza materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – Que os bens não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.6 O atendimento desses requisitos deverá constar da declaração contida no ANEXO I - FORMULÁRIO DE PROPOSTA (0827028), podendo ser exigida sua comprovação no decorrer do certame e também quando do recebimento dos materiais pela Seção de Almoxarifado.

5.7 CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) do IBAMA

5.7.1 Não será exigido o referido cadastro sob pena de prejudicar a competitividade do certame, em virtude da dificuldade em conseguir os CNPJs dos diversos fabricantes. Ademais, dos CNPJs pesquisados pela SEALM, constatou-se um reduzido número de fabricantes regularizados no IBAMA. Registra-se ainda que está sendo exigido o Registro/Notificação da Anvisa de diversos itens, procedimento que também pode aferir a adequação técnica dos produtos.

5.7.2 Dessa forma, a manutenção dessa exigência exigiria uma diligência pouco racional ou mesmo desarrazoada consistente na pesquisa dos CNPJs de todas os fabricantes brasileiros dos 18 itens de equipamentos deste TR, e, após, verificar se as tais marcas cadastradas poderiam atender às especificações, ou mesmo abrir mão daquelas necessárias ao atendimento da demanda.

5.7.3 Nesse viés, embora a Administração do TRE-RO esteja comprometida com o estabelecimento de critérios sustentáveis em suas contratações, forçoso reconhecer que a manutenção dessa exigência poderá conduzir ao fracasso do certame. É possível mesmo falar, em tese, de restrição de competitividade. Assim, de forma justificada, não será exigida essa obrigação, situação que, por sua vez, não destoaria da posição que vem adotando o TCU em sua jurisprudência sobre o assunto, tal como no TC 003.405/2010-09, *verbis*:

Louvável a preocupação dos gestores em contratar com empresas que adotem em seus processos produtivos práticas responsáveis ambientalmente. [...] a adoção dessas restrições ambientais deve se dar paulatinamente, de forma que os agentes do mercado possam se adaptar a essas novas exigências antes delas vigorarem plenamente. Caso contrário, estar-se-ia criando uma reserva de mercado para as poucas empresas que cumprirem de antemão essas exigências, implicando violação ao princípio constitucional da livre concorrência, maiores custos e reduzidas ofertas de produtos.

5.7.4 Esta unidade está se preparando para criar quadro com os CNPJs dos principais fabricantes. Dessa forma, restando no mínimo 3 marcas que atendem as especificações básicas pretende-se consultar o CTF/IBAMA. Estando os 3 fabricantes com cadastro regular será exigida a obrigação. Caso contrário, não; evitando-se, assim, a restrição à competição do certame.

5.8. REGISTRO NA ANVISA:

5.8.1. Nos termos da regulamentação aplicável, os materiais listados no quadro adiante deverão comprovar registro ou notificação na Agência de Vigilância Sanitária, de acordo com a peculiaridade de cada produto:

Item	Material
1	Água sanitária
2	Álcool etílico em gel
3	Álcool etílico líquido
6	Cera impermeabilizante
9	Desinfetante
10	Desodorizador
11	Detergente
17	Inseticida aerossol
18	Limpa vidro
19	Lustra móveis
28	Produto concentrado base ácida - limpa pedra
29	Produto para limpeza multiuso
30	Produto diluível concentrado limpeza pesada
31	Removedor
33	Sabão em barra
34	Sabão em pó
35	Sabonete líquido
36	Saco de lixo infectante
40	Saponáceo Cremoso

5.8.2. De acordo com a RDC 448/2020 ANVISA, Art. 2º. em forma excepcional e temporária está sendo dispensada a Notificação junto à Anvisa das máscaras cirúrgicas e protetores faciais (itens 14 e 24).

5.9 Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE:

5.9.1. Conforme a RDC ANVISA n. 16, de 1º de abril de 2014, que dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE), desta forma, os licitantes que ofertarem propostas para os produtos listados acima deverão possuir a autorização junto a Agência de Vigilância Sanitária.

5.9.2. Em seu Art. 3º A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais. Parágrafo único. A AFE é exigida de cada estabelecimento que realiza as atividades descritas no caput

com produtos para saúde.

6 - DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. CABIMENTO:

6.1.1 É necessário que o material objeto deste TR seja adquirido de **forma parcelada**, pois permitirá a otimização do espaço disponível para armazenagem no almoxarifado do Órgão, insuficiente para receber todos os materiais de uma única vez. Alguns itens possuem estoque atual, mas há grande probabilidade de serem demandados no exercício vindouro.

6.1.2 Além disso, alguns desses materiais serão demandados frequentemente.

6.1.3 Alguns itens em questão possuem estoque atual, cuja aquisição não necessita ser imediata, mas há probabilidade de ocorrer no decorrer do exercício.

6.1.4 Dessa forma, a adoção do registro de preços, com cronograma de aquisições pré-definido neste TR, encontra abrigo no art. 7º, incisos I e II do Decreto Federal n. 7892/2013.

6.1.5 Tem-se ainda que a formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto 7892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa aguardar a liberação do orçamento da União para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permitirá que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.

6.1.6 Por fim, o registro de preços possibilita a utilização da futura ata por órgãos não participantes do certame, o que tornará o certame mais atrativo aos fornecedores e refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

6.1.7 Dadas todas essas circunstâncias, entende-se pertinente a adoção do sistema de registro de preços, fundada no art. 3º e incisos, do Decreto 7.892/2013.

6.1.8 Importante ressaltar que há registro de preços vigente para eventual aquisição de material de limpeza, mas não contemplam todo o exercício 2021. Assim sendo, em observância ao disposto no art. 28, “i”, da IN 04/2008, é necessário que a Administração efetue, com antecedência, novo registro de preços, a fim de não ficar sem registro de preços vigente. Além disso, o material objeto deste Termo de Referência é para suprir, em sua maioria, as necessidades ordinárias e eleitorais do restante do exercício 2022 e parte de 2023.

6.2 DO REGISTRO DE “IRP” E DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME

6.2.1 A Seção de Almoxarifado manifesta-se **desfavorável** a divulgação de Intenção de Registro de Preços (IRP), em razão de alguns itens estarem com o estoque comprometido. Ademais, alguns materiais estão sem estoque na SEALM por não existir Ata de Registro de Preços vigente, deste modo, pondera-se pela não divulgação de IRP por entender que essa medida atrasaria ainda mais o certame licitatório.

6.3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME:

6.3.1 Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que

não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

6.3.2 JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário: Justifica-se a possibilidade de adesão em razão das **especificações dos materiais**, bastantes usuais em inúmeros órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP.

6.3.3 De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

6.3.4 De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.892/2013.

6.3.5 No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018** - e, por fim, na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

6.3.6 Para o procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, com as alterações promovidas pelo Decreto 8.250/2014, e na Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal.

7 - DO ORÇAMENTO, VALORES E CRONOGRAMA DE AQUISIÇÃO

7.1 DOS VALORES ESTIMADOS

7.1.1 Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

7.2. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

7.2.1. A presente contratação atenderá à demanda deste TRE em parte dos exercícios 2022 e 2023. **Os quantitativos e valores são estimados, não obrigando a Administração a adquirir sua totalidade**, fazendo-o de acordo com a necessidade e disponibilidade orçamentária.

7.2.2. As aquisições estão incluídas no Plano Anual de Contratação para 2022, constante no processo SEI 0002168-78.2021.6.22.8000.

7.2.3. O quantitativo registrado não vincula a Administração à sua aquisição, o que ocorrerá de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária. Nessas circunstâncias, buscar-se-á a contratação dentro do cronograma abaixo:

Tabela 3 - Cronograma de aquisição					
ITEM	MATERIAL	QTD	2º SEM 2022	1º SEM 2023	MÍNIMO
1	Água Sanitária	3.000	1.500	1.500	500
2	Álcool etílico hidratado em gel, 70%	30.000	28.000	2.000	1.000
3	Álcool etílico hidratado líquido, 70%	3.000	2.000	1.000	1.000
4	Barreira de proteção em acrílico	100	100	0	50

5	Borrifador/Pulverizador	1.000	500	500	500
6	Cera com impermeabilizante	150	100	50	50
7	Cesto para lixo em aço	150	100	50	50
8	Cesto para lixo plástico sem tampa	200	100	100	100
9	Desinfetante	4.000	2.500	1.500	1.000
10	Desodorizador	480	0	480	240
11	Detergente	2.000	1.000	1.000	500
12	Dispenser para sabonete líquido em aço	150	100	50	50
13	Esponja	2.000	1.000	1.000	1.000
14	Face Shield (protetor facial)	21.000	21.000	0	500
15	Flanela	2.000	1.000	1.000	1.000
16	Guardanapo de papel	1.000	500	500	500
17	Inseticida	720	360	360	360
18	Limpa-Vidro spray	720	360	360	360
19	Lustra-móveis	480	240	240	120
20	Luva descartável para procedimento	500	0	500	500
21	Luva para proteção	360	240	120	120
22	Máscara descartável tripla	3.000	3.000	0	500
23	Pano de chão alvejado	1.000	500	500	500
24	Papel higiênico rolo de 300 m	400	200	200	120
25	Papel higiênico 30/40m	3.000	2.000	1.000	1.000
26	Papel toalha Interfolhado	7.000	6.000	1.000	1.000
27	Papel toalha	1.000	500	500	360
28	Produto limpa pedra	150	100	50	60
29	Produto para limpeza multiuso	1.200	600	600	600
30	Produto diluível para limpeza pesada	1.500	1.000	500	500
31	Removedor	48	24	24	24
32	Rodo de plástico	200	100	100	100
33	Sabão em barra neutro	200	100	100	100
34	Sabão em pó	1.000	500	500	250
35	Sabonete líquido	200	100	100	100
36	Saco de lixo infectante	150	150	0	100
37	Saco para lixo de 30 litros	200	100	100	100
38	Saco para lixo de 50 litros	200	100	100	100
39	Saco para lixo de 100 litros	200	100	100	100
40	Saponáceo	1.000	500	500	250
41	Vassoura de pelo sintético/nylon	240	120	120	120

7.3 DA ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA:

7.3.1 A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto 7892/2013). Isso implica dizer que a Administração não precisa esperar que se libere o orçamento da União para deflagrar o certame.

7.3.2 Na busca pela aderência ao planejamento orçamentário, as despesas oriundas da contratação do objeto deste TR, no montante de R\$ ____ (____), serão cobertas pelo Orçamentos 2022 e 2023, nos Planos Internos ADM MATAUX (Ordinário) e FUN MATAUX (Eleitoral).

7.3.3 A SEALM não dispõe no momento de orçamento eleitoral, dessa forma a eventual aquisição dos equipamentos de proteção individual para uso nas eleições será somente após disponibilidade

orçamentária e determinação do plano sanitário a ser utilizado nas Eleições 2022.

7.3.4 Registra-se que o orçamento ordinário para 2023 ainda está em fase de elaboração. A SEALM não dispõe no momento de orçamento eleitoral para aquisição dos equipamentos de proteção individual para aquisição dos EPI's.

8 – DO CERTAME LICITATÓRIO

8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

8.1.1 Trata-se bens comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e de atestações padronizadas para todos os licitantes. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos equipamentos. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **para formação registro de preços, do tipo menor preço, por item, na forma de fornecimento parcelado**, consoante as condições definidas neste TR.

8.1.2 Para a seleção da proposta mais vantajosa da aquisição pretendida, sugere-se que seja adotado o **modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5 (meio ponto percentual) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.**

8.2 APLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

8.2.1. ITENS 2, 14 e 26 (álcool em gel 70%, face shield/protetor facial e papel toalha interfolhado): Para atendimento do art. 48, inciso III, da LC n. 123/2006 e caput do art. 8º do Decreto n. 8.538/2015, esta unidade manifesta-se pela divisão do quantitativo destes itens, com destinação de 25% (vinte e cinco por cento) para atendimento das referidas normas.

8.2.2. DEMAIS ITENS: Considerando que os valores individuais estimados para esses itens da contratação pretendida não excedem R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o certame deve garantir a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, inciso I, do Decreto n. 8.538/2015.

8.3 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DE PROPOSTA:

8.3.1 A aceitação das propostas obedecerá aos seguintes parâmetros:

a) O valor estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto;

I - A proposta deverá informar, necessariamente, a **MARCA** e, quando aplicável, o **MODELO** do produto ofertado;

II - O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante informações mais detalhadas do produto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto do item, assinalando prazo de **até 2 (duas) horas** para o envio, sob pena de recusa da proposta;

III - Independentemente da alínea anterior, ocorrendo qualquer tipo de dúvida acerca da proposta da licitante, o Pregoeiro poderá solicitar o envio de amostra para análise, a qual deverá ser apresentada no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação da proposta;



a) O envio e a devolução da amostra de materiais correm às expensas da licitante. A Administração se reserva no direito de reter a amostra até o fornecimento do item adjudicado para verificar a compatibilidade da amostra com o produto efetivamente entregue.

IV - Os materiais deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, validades e garantias;

V - As embalagens dos materiais deverão conter as respectivas especificações técnicas e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.);

VI - Os preços cotados pelos licitantes deverão compreender todos os custos diretos e indiretos, tais como transporte e frete, garantia, abrangendo também, além de outros, as despesas fiscais e tributárias e encargos sociais decorrentes, enfim, tudo quanto for necessário para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos bens cotados.

VII - SOB PENA DE NÃO-ACEITAÇÃO DA PROPOSTA: AS LICITANTES DEVERÃO APRESENTAR O DOCUMENTO DE PROPOSTA - NA FORMA DO ANEXO I - FORMULÁRIO DE PROPOSTA (0827028) E ADIANTE LISTADOS - CONTENDO TODAS AS INFORMAÇÕES, DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE PROPOSTA ALI RELACIONADOS, JUNTO COM A PROPOSTA, EXCLUSIVAMENTE, POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, ATÉ A DATA E HORA MARCADAS PARA ABERTURA DA SESSÃO, QUANDO, ENTÃO, ENCERRAR-SE-Á, AUTOMATICAMENTE, A FASE DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO:

a) Para todos os itens: Declaração assinada, nos termos do ANEXO I deste TR, de cumprimento de critérios de sustentabilidade definidos pelo Art. 5º, da Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010;

b) Para os itens 1, 2, 3, 6, 9, 10, 11, 17, 18, 19, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36 e 40: que a licitante está informando o CNPJ do fabricante do material para consulta e comprovação da regularidade/notificação na ANVISA.

c) Para os itens 1, 2, 3, 6, 9, 10, 11, 17, 18, 19, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36 e 40: que a licitante está informando SEU CNPJ para consulta e comprovação da regularidade da Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE.

VIII - O período de garantia e o prazo de validade remanescente serão contados a partir da entrega do material, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório emitido pela Seção de Almoxarifado;

IX - Quando não expressos nas especificações dos materiais, o período de garantia e o prazo de validade remanescente não poderão ser inferiores a **12 (doze) meses, nos termos do Capítulo 2, item 2.4 deste TR;**

X - Salvo se expressamente constar na especificação do objeto, não serão aceitos materiais que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

XI - Serão desclassificadas as propostas em desacordo com os critérios estabelecidos neste TR;

XII - O preço estimado do item é o parâmetro utilizado pelo pregoeiro para aceitação da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto;

XII - Será declarado vencedor o licitante que, cumpridas as exigências do edital, ofertar o menor preço



para o item cotado

8.4 DA HABILITAÇÃO: Não havendo exigência de habilitação específica esta deverá ser feita de acordo com as regras definidas no edital.

9 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93.

9.2 A adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI.

9.3 Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação.

9.4 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

9.5 Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, sua regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades, a adjudicatária deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

9.6 Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 48, § 2º c/c Art. 49, ambos do Decreto n. 10.024/2019, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo subitem 5 deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.

9.7 É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).

9.8 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União. A compromissária deverá manter atualizados todos os seus endereços físicos e eletrônicos, números de telefones e identificação do(s) Representante Legal da Empresa, durante todo o período de Vigência da Ata de Registro de Preços.

9.9 Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

10 – DO CONTRATO

10.1 O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

10.1.1 Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá comprovar a regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a adjudicatária deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

10.1.2 A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.

10.1.3 A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

10.1.4 Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária.

10.1.5 O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

10.2 DO PRAZO DE ENTREGA, ALTERAÇÕES E EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

10.2.1 Prazo de entrega: Após o recebimento da nota de empenho a contratada deverá entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.2.2 Por se tratar de contrato de escopo, de execução (fornecimento) imediata, **não há previsão de reajuste de preços**, em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.

10.2.3 Havendo necessidade, o **contrato poderá ser objeto de alterações** nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

10.2.4 Admite-se **eventual reequilíbrio** na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

10.3 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DO PAGAMENTO:

10.3.1 São obrigações da Administração contratante:

a) Requisitar o fornecimento dos materiais somente mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de



Despesa à compromissária da Ata de Registro de Preços. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo deste Tribunal e recursos orçamentários disponíveis;

b) **Receber provisoriamente** os produtos no ato da entrega, desde que acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO;

b.1) O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação.

c) **Receber definitivamente** os produtos após a verificação do cumprimento das especificações, nos termos deste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO.

d) Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado:

d.1) Produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;

d.2) Produtos em embalagem não original do fabricante;

d.3) Produtos em embalagem sem as respectivas especificações técnicas do produto e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.);

d.4) Produtos que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento, salvo se expressamente permitida na especificação do material;

d.5) Produtos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores a 12 (doze) meses, ou conforme especificado no objeto, contados da entrega do produto;

d.6) Produtos com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

e) Efetuar o pagamento, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de o recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Almoxarifado deste TRE-RO, sendo efetuadas as retenções legais.

e.1) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho;

e.2) Nenhum pagamento será realizado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta ou em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada;

e.3) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$

Onde:



EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365$$

$$I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

e.4) A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

10.3.2 São obrigações da contratada - Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Edital do certame e seus anexos, em sua proposta e na Ata de Registro de Preços, obriga-se a contratada a:

a) Entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho;

a.1) **Endereço de entrega:** Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859. O fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2268/ 2051/ 2000.

a.2) O horário normal de recebimento dos materiais é de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e 14h às 18h.

b) Substituir o material recusado, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

c) Recolher, às suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.

c.1) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Tribunal se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados, preferencialmente através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;

c.2) Na hipótese de não existência de créditos da contratada e ante o não recolhimento dos materiais recusados, mesmo após devidamente notificada, sem qualquer manifestação acerca da questão, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 60 (sessenta) dias da notificação.

d) Solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação desses. O pedido deverá ser devidamente justificado e dirigido à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos.

d.1) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

e) Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;



f) Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência do Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

g) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

h) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes;

i) entregar os materiais:

i1) de acordo com os requisitos de sustentabilidade registrados na sua declaração, contido no ANEXO I - FORMULÁRIO DE PROPOSTA (0827028);

i2) que tenham a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, quando exigido.

11 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 As sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constarão no edital do certame.

11.2 SANÇÕES MORATÓRIAS: O descumprimento injustificado das obrigações decorrentes do contrato (nota de empenho de despesa), garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

I - Atraso nos prazos de entrega e substituição dos materiais recusados:

a) multa de 1% (um por cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o montante dos bens não entregues ou substituídos;

b) a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

II - Descumprimentos das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato, se não previsto de forma diversa:

a) Primeiro descumprimento: multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;

b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;

c) A ocorrência de descumprimentos superiores a 3 (três) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

11.3 Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de



inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa sancionatória fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções prevista neste TR, nos seguintes termos:

b1) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho de despesa pela descumprimento da obrigação de entrega ou substituição dos materiais, após a devida notificação;

b2) de 10% (dez por cento) sobre o da nota de empenho de despesa, no caso de recusa em aceitar alterações legalmente obrigatórias do contrato;

b3) de 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho de despesa, por ocorrência, no caso de não emissão de documento imprescindível ao pagamento;

b5) de 30% (trinta por cento) sobre o valor da nota de empenho de despesa, em caso de recusa de fornecimento da integralidade os bens sem motivo consistente e justificado devidamente apurado pelo Tribunal, ou por descumprimentos sucesivos que resultem na inviabilidade de execução do contrato.

11.4. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, se a adjudicatária não celebrar o contrato (nota de empenho) ou se a contratada ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.5 A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).

11.6 Quando o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

11.7 Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro do prazo estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

11.8 No ato de notificação para pagamento de Multa, a CONTRATADA será cientificada de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02);

11.9 Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

11.10 As multas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

11.11 O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

12 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1 A Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Almoxarifado, ou por quem suas vezes fizer.

12.2 A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

12.3 A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial, inclusive e-mail funcional, e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

12.4 Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 e na legislação em vigor.

13 – DOS ANEXOS

13.1 São anexos do TR:

I - Formulário de Proposta (0827028);

II - Pesquisa de Preços (sigiloso);

III - Modelo de face shield - protetor facial (0819826);

IV - Modelo de máscara tripla (0819828).



Documento assinado eletronicamente por **WALTER RONALDO MOUZINHO GUIMARÃES JÚNIOR, Chefe de Seção**, em 20/06/2022, às 11:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0846496** e o código CRC **8B3F945F**.

0003032-19.2021.6.22.8000

0846496v2

Criado por 012736682364, versão 2 por 012736682364 em 20/06/2022 10:59:53.